



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE ITABIRA – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
CRISTIANO DANIEL MUZZI**



**Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986
Data da instalação: 9-10-1986
Data de implantação do PJe: 8-10-2014**

Jurisdição: Itabira, Bom Jesus do Amparo, Itambé do Mato Dentro, Passabém, Santa Maria de Itabira, Santo Antônio do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Preto.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 1-2-2016, p. 2.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h do dia quatorze de fevereiro de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **César Pereira da Silva Machado Júnior**, deu início à Correição Ordinária na 1ª Vara do Trabalho de Itabira, situada na Avenida Prefeito Li Guerra, nº 250, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Substituto, Dra. **Wanessa Mendes de Araújo**; pela Secretária da Vara do Trabalho em exercício, Águina Daise Barbosa; pelos servidores Alan Reis Souza, Deisy Mara Rodrigues Pereira, Fernanda Pessoa Marques, Isa Guerra Athayde Emery, Janaína Pires Magalhães Pablo Santos Duarte e Danilo Ferreira Abreu; pela estagiária Vanessa Pereira de Souza. Ausente o MM. Juiz Titular da Vara, Dr. **Cristiano Daniel Muzzi**, em razão de férias regulamentares. Presente a Secretária da Vara do Trabalho, Mônica Costa Dornelas, em férias regulamentares. Ausente o servidor Thiago Thalles Batista, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo o Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 111 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 13-2-2017, apurando-se a média de 6,9 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 6 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 1 foi devolvida para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 9 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais nenhuma foi devolvida pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 459 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 83 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 13 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 12 autos de processos físicos com carga, das



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

quais 3 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Constatam 9 autos de processos físicos com carga, das quais 3 vencidas e cobradas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 1.630 processos pendentes para exame de peritos.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 16 mandados expedidos em processos físicos e 79 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 3 pendentes de cumprimento em processos físicos e 51 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 4 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – **PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*** – Em consulta ao sistema informatizado de processos físicos da Secretaria da Vara, constatou-se que não processos *sine die*.

1.11. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 13-2-2017, existem 3 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2017 até 13-2-2017)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	121
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	1
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	139
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	0
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	70
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	10
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	69

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.994 processos em fase de execução, assim discriminados:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- a) 1.549 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 440 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- c) 5 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 13-2-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual, em 2016, de 1.116, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

1.13. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 13-2-2017, existem 22 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 14-2-2017 havia 11 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 2 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 4 processos;
- c) **instrução:** 3 processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0011094/16, 0011093/16, 0011067/16, 0010034/17, 0010033/17, 0010035/17, 0010677/16, 0010770/15, 0010242/116.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

- 0010034/17: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010035/17: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 2 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do PJe 0011224/15, 0010578/16, 0010720/16, 0010866/16,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

0010868/16, 0010991/16, 0011051/16, 0011052/16, 0011069/16, 0010038/17, 0010738/16, 0010812/16, 0010826/16, 0010837/16, 0010644/15, 0010904/16, 0010032/15, 0010985/16, 0010499/16, 0010886/16, 0010706/16, 0011041/16, 0011027/16, 0011034/16, 0011074/16, 0011076/16, 00010497/15, 0011059/16, 0010627/15, 0010733/15, 0010626/15, 0010891/15, 0010030/17, 0010029/17, 0010028/17, 0010027/17, 0142500/03, 0000580/11, 0000145/12, 0010551/15, 0010050/16, 0125300/09, 0193500/09, 0127700/02, 0068500/07, 0081900/07, 0000445/12, 0011104/15, 0011297/15, 0000932/13, 0000471/14, 0010739/15, 0001807/10, 0208400/09, 0120200/08, 0011080/16, 0119300/09, 0010308/16, 0092200/08, 0045300/09, 0001702/13, 0010625/16, 0011022/16, 0010749/16, 0010034/16, 0011028/16, 0010937/17, 0010059/17, 0010819/17, 0010020/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010959/16: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0011224/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 129116a e Id fa480ed (mais de 15 dias), cumprimento – Id c82523f (mais de 30 dias);
- 0010578/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id cdc0fa9 e Id 4c755cf (mais de 15 dias), cumprimento – Id c2c096d (mais de 20 dias)
- 0010720/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id e21a7ec e Id b3138d2 (mais de 30 dias);
- 0010866/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 5dfdf3c (mais de 15 dias)
- 0010868/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 6d78899 (mais de 30 dias);
- 0010904/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id d42be43 (sem movimentação há mais de 15 dias);
- 0010032/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id e1e4396 (mais de 20 dias);
- 0142500/03: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id f14b06e (mais de 60 dias);
- 0000145/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 56f121c (mais de 180 dias);
- 0010551/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id f1d275d (mais de 20 dias) e Id b760e14 (sem movimentação há mais de 180 dias), despacho – Id 6e70ccb (mais de 15 dias);
- 0010050/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial - Id 8d5b8c2 (sem movimentação há mais de 180 dias);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- 0125300/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id a131f86 (mais de 60 dias) e cumprimento – Id b001a85 (mais de 180 dias);
- 0193500/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 1006cbd (mais de 60 dias) e cumprimento – Id a784767 (mais de 180 dias);
- 0127700/02: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id d1ee0d1 (mais de 60 dias) e cumprimento – Id 4c9a96e (mais de 180 dias);
- 0068500/07: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id c93528e (mais de 60 dias) e cumprimento – Id c93528e (sem movimentação há mais de 180 dias);
- 0081900/07: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 364fc4d (sem movimentação há mais de 30 dias) e cumprimento – Id 41c3432 (mais de 180 dias);
- 0000445/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 21655cc (mais de 30 dias) e cumprimento – Id 10e4f42 (mais de 180 dias);
- 0011104/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 328d814 (mais de 30 dias)
- 0011297/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 89e9609 (mais de 30 dias) e cumprimento – Id 8473399 (mais de 180 dias);
- 0000932/13: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 4fbd229 (mais de 30 dias) e cumprimento – Id 5edff6e (mais de 90 dias);
- 0000471/14: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 565165b (mais de 60 dias) e cumprimento – Id 0d7c6d9 (mais de 180 dias).
- 0001807/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id ac13ff7 (mais de 10 dias);
- 0119300/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 7798268 (mais de 10 dias);
- 0001702/13: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 45886e4 (mais de 20 dias).

Foram examinados os autos dos processos físicos: 00077/13, 00055/14, 00718/06, 00738/12, 00463/12 e 00462/12.

RESULTADO: examinados os autos, constatou-se:

- 00463/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 123 (mais de 200 dias) e f. 132 (mais de 30 dias);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- 00462/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – F. 304 (mais de 200 dias) e f. 318 (mais de 40 dias).

Recomenda-se ao MM. juíza que profira sentença líquida nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.3. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

2.5. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há ação civil coletiva em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2015	2016	2017/dias
Procedimento Sumariíssimo	14	28	45
Procedimento Ordinário	16	29	66
Instrução	298	123	86

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias corridos

	2015	2016	2017/dias
Procedimento Sumariíssimo	18	14	7/3/-2017 - 20 dias
Procedimento Ordinário	62	21	28/3/2017 – 52 dias
Instrução	122	106	19/5/2017 – 77 dias

Apuração conforme dados do sistema informatizado

PRAZOS MÉDIOS (de 1-1-2017 até 13-2-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	19	45
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	48	66
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	49	32
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	42	149
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	48	34
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 272)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 90272)	31	138

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1-1-2017 até 13-2-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	2	549
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	7	105
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371)	17	834
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371)	67	168

c) Fase de execução (de 1-1--2017 até 13-2-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	58	1739



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	0	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	11	1136
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	1.056	4,778
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	214	0,96
Decisões na fase de execução	383	1,73
Total	1.653	7,48

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em janeiro de 2017, com 7 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	16	2,28
Procedimento ordinário	18	2,57
Instrução	15	2,14
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	8	1,14
Total	57	8,14

No mês de janeiro de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 13 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 28 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 8 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho em exercício, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min e/ou 12h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada que comparece nesta unidade organizacional de terça-feira a quinta-feira.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 950 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2015	2016
Processos recebidos	1.221	1.135
Média por dia útil	5,42	5,13
Processos remanescentes do ano anterior	402	416
Sentenças anuladas	24	16
Total de processos para solução	1.647	1.567
Processos solucionados	1.209	1.322
Processos conciliados	329	266
Produção	73,406%	84,365%

5.1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE – O Índice de Produtividade – IP, com base no sistema MGD - Mapeamento Global de Desempenho e dados extraídos do e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	IP
Jan/15 a Dez/15	0,9183
Jan/16 a Dez/16	0,4597

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS –Jan/16 a Dez/16			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPESAMENTO PROCESSUAL
0,7832	0,3999	0,5165	0,0442

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

MACROINDICA-	MICROINDICA-	VALOR	VALOR	MÉDIA	MICRO
--------------	--------------	-------	-------	-------	-------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

DORES DO IP	DORES DO IP	ORIGINAL Jan/15 a Dez/15	ORIGINAL Jan/16 a Dez/16	VARAS DO TRABALHO Jan/16 a Dez/16	REPARAME- TRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	2.143 dias	2.330 dias	1.545 dias	0,7957
	PENDENTE	5.384	4.450	3.611	0,5264
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	2.066,33 dias	994,63 dias	776,32 dias	0,3999
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	27,21%	20,15%	37,65%	0,9666
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	99,02%	116,30%	97,34%	0,1897
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	30,05%	10,18%	38,22%	0,0196
	TC LIQUIDAÇÃO	58,09%	18,50%	40,65%	0,1715
	TC EXECUÇÃO	59,60%	59,60%	76,53%	0,3487
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	18,86%	12,69%	21,75%	0,1406

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.616.978,03	R\$1.862.461,22

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho em exercício, encontram-se em vigor as Portarias 02/2006, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 01/2009, que dispõe sobre a intimação de procuradores inscritos em outras seccionais da OAB por meio do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho; 01/2012, que autoriza a retirada de processos com carga por 01 hora pra obtenção de cópias, pelos procuradores das partes; 03/2014, que autoriza a retirada de processos arquivados pela Secretária do Foro; 01/2015, que trata da suspensão de andamentos processuais de processos a incluídos no Projeto CLE-Itabira por 60 dias, prorrogáveis por mais 30 dias e 01/2016, que dispõe sobre a proibição de atendimento processual às partes assistidas por advogado e terceiros interessados, por meio de telefone.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos, sendo que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

em 26 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial, despacho e cumprimento deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

10.2. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;

3) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;

4) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjeit_1-12-0-3_1g.pdf

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 dias, conforme artigo 189, do CPC;



2) observado pela Secretaria o prazo de 48 horas previsto no artigo 190, do CPC;

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT / Indicador 6 TRT3: - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 116,47%, tendo cumprido a Meta.

1ª Vara do Trabalho de Itabira - de 1º-1-17 até 10-2-2017			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
Total	111	82	73,87%

Relativamente à Meta 2, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão até 10-2-2017, há 6 processos distribuídos até 31-12-2014 pendentes, tendo sido atingida a Meta.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”,

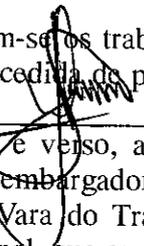
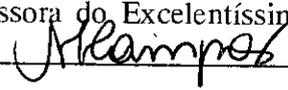


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

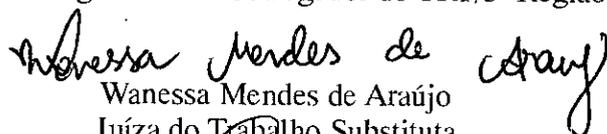
Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 13h50min do dia quatorze de fevereiro de 2017, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior , Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Substituta e pela Secretária da Vara do Trabalho e pela Secretária da Vara em exercício. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores José Múcio Lambertucci e Jânio Júlio Fernandes e pela Assessora do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Mariana Cristina Araújo Campos .



César Pereira da Silva Machado Júnior
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região



Wanessa Mendes de Araújo
Juíza do Trabalho Substituta



Aguilina Daise Barbosa
Secretária da Vara do Trabalho, em exercício



Mônica Costa Dornelas
Secretária da Vara do Trabalho, em férias regulamentares